

José Marinho Séves Santos

***Amicus Curiae* em Arbitragens com a Administração Pública**

**| Premissas Teóricas
e Perspectivas Práticas**

Prefácio: Gustavo Justino de Oliveira.

Apresentação: Ministro Luiz Fux.

Posfácio: Gustavo da Rocha Schmidt.

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2026

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XIII
1 Introdução	1
2 Intervenção de Terceiros	5
2.1 Partes e Terceiros	7
2.2 Pluralidade de Partes e Intervenção de Terceiros	12
2.2.1 Pluralidade de Partes e Litisconsórcio.....	12
2.2.2 Intervenção de Terceiros	16
2.2.2.1 Justificativas para a intervenção de terceiros	16
2.2.2.2 Critérios para a intervenção de terceiros	20
2.3 Formas Típicas de Intervenção de Terceiros.....	23
2.3.1 Assistência	24
2.3.2 Denúnciação da Lide.....	31
2.3.3 Chamamento ao Processo	36
2.3.4 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica	39
2.4 Síntese Parcial.....	51
3 Amicus Curiae	55
3.1 Alguns pontos sobre a origem e desenvolvimento do <i>amicus curiae</i>	56
3.2 Papéis desempenhados pelo <i>amicus curiae</i>	69

3.3 Amicus curiae e legitimidade da tomada de decisão.....	76
3.4 Amicus curiae no Direito Brasileiro	87
3.4.1 Figuras Precursoras do <i>Amicus Curiae</i>	88
3.4.1.1 Intervenção anômala de entes públicos	88
3.4.1.2 CVM como <i>amicus curiae</i>	93
3.4.1.3 INPI como <i>amicus curiae</i>	95
3.4.1.4 CADE como <i>amicus curiae</i>	96
3.4.1.5 OAB como <i>amicus curiae</i>	98
3.4.2 Amicus Curiae no direito brasileiro contemporâneo	98
3.5 Síntese Parcial.....	110
4 Amicus Curiae em arbitragens com a Administração Pública	115
4.1 Arbitragem e Processo	118
4.2 Terceiros e Arbitragem.....	131
4.3 A Processualidade Adequada das Arbitragens com a Administração Pública	143
4.4 O Amicus Curiae nas Arbitragens com a Administração Pública: gestão do interesse público no processo arbitral.....	150
4.4.1 Interesse público e arbitragem.....	155
4.5 <i>Amicus curiae</i> e arbitragem em uma perspectiva brasileira	165
4.6 Síntese Parcial	170
5 Uma solução no sistema arbitral – <i>Amicus Curiae</i> nas arbitragens de investimento	173
5.1 Contextualizando o Direito Internacional de Investimentos e a Arbitragem de Investimentos.....	173

5.2 Amicus Curiae nas arbitragens de investimento.....	196
5.3 Análise de Casos Concretos	230
5.3.1 Pezold v. Zimbábue.....	232
5.3.2 Apotex v. Estados Unidos	235
5.3.3 Bear-Creek v. Peru.....	238
5.3.4 Infinito Gold v. Costa Rica.....	241
5.3.5 Alicia Grace v. México	245
5.3.6 Glamis Gold v. Estados Unidos	248
5.3.7 Eni v. Nigéria.....	252
5.3.8 Síntese dos casos analisados.....	254
5.4 O que esperar do <i>Amicus Curiae</i> nas arbitragens domésticas com a Administração Pública: uma reflexão a partir da experiência transnacional	257
5.5 Prática em potencial do <i>amicus curiae</i> : um exercício sobre um futuro possível	263
5.6 Síntese Parcial.....	271
6 Conclusão	273
Apêndice: Questões práticas sobre o amicus curiae.....	277
Posfácio.....	283
Referências.....	285